

CONSTITUINTE

Conselho Político define: votação da

emenda dia 23

BRASÍLIA — O Conselho Político reunido ontem com o Presidente José Sarney deliberou que a votação da emenda de convocação da Constituição deverá ser feita no próximo dia 23 e se procurará preservar o sentido original do texto enviado pelo Governo. O relator da Comissão Mista que examina o projeto, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), deve apresentar seu parecer até o dia 15.

Sarney disse aos Líderes da Aliança Democrática que vê dificuldades para a aprovação das subemendas que ampliam a anistia e estabelecem o referendo para confirmar a nova Constituição. Segundo o Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, o Conselho ocupou-se sobretudo de quatro dos chamados pontos polêmicos apresentados por parlamentares à Comissão Mista: a criação da comissão que cuidará da legislação ordinária, a ampliação da anistia aos militares, o referendo e a eleição do Presidente da Constituinte.

— Vamos votar em primeiro lugar a emenda do Presidente e depois o substitutivo. Os pontos polêmicos serão votados por destaque, depois de preservado o sentido original da emenda — informou Pimenta da Veiga.

Os Líderes do PFL no Senado e na Câmara, Carlos Chiarelli e José Lourenço, à saída da reunião, criticaram as subemendas acolhidas pelo Relator. Embora não atribuindo ao Presidente as restrições, condenaram com ênfase a proposta de criação da comissão para legislação ordinária, apoiada pelo Presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães.

— Essa proposta é uma das mais impertinentes, nesse elenco de subemendas que extrapolam o sentido da convocação da Constituinte. Acha-mos que o melhor sistema para tratar da legislação ordinária é manter a separação de horários, um para cada tipo de votação. Além de tudo, é uma ousadia de nossa parte legislar para uma Constituinte que ainda não existe, da qual podemos até não fazer parte e que será soberana para decidir sobre seu próprio regimento — disse Chiarelli.

Pimenta da Veiga havia feito, pouco antes, referências positivas sobre esse tema. O Líder do PMDB na Câmara acredita que a comissão poderia ser um ponto a ser integrado ao substitutivo, apesar dos problemas funcionais, políticos e até financeiros que envolve.

Os Líderes partidários foram unâmes ao afirmar que o tema do prazo de desincompatibilização continuará sendo discutido, podendo ser revisto de alguma forma, dentro ou fora da emenda que convoca a Cons-



Ulysses recebe os líderes de bancadas em sua casa à noite, ao fim de um dia em que as reuniões não pararam, desde de manhã

tituinte.

Ulysses Guimarães vai negociar pessoalmente com os quatro Ministros militares e o Ministro da Administração, Aluizio Alves, a ampliação da anistia aos militares e servidores civis. Esta foi a única decisão da reunião entre Ulysses, Pimenta da Veiga e o Relator Bierrenbach.

Bierrenbach informou que será levada aos Ministros militares, como proposta conciliatória, a conces-

Será levada aos Ministros militares proposta só com a concessão das promoções a punidos

são das promoções na reserva aos militares punidos, adiando-se as questões da indenização (vinculada à área econômico-financeira do Governo) e da reintegração dos cassados aos quadros das Forças Armadas.

Pimenta e Ulysses consideram extremamente difícil a aprovação da emenda do Deputado Jorge Vegued (PMDB-RS), que indeniza, reintegra e promove os militares punidos. Os Líderes do PDT, PTB e PT e o grupo independente do PMDB, no entanto, assumiram o compromisso de votar a favor da proposta, em reuniões com representantes dos cassados. O Líder do PDS, na Câmara, Prisco Viana, ainda aguarda um acordo, mas antecipa seu voto favo-

rável à anistia, se a emenda for a plenário.

Na reunião de Ulysses, Pimenta e Bierrenbach com os Líderes partidários, o PMDB afastou qualquer negociação em torno da inclusão de dois pontos polêmicos na emenda do Governo: a desvinculação da data da eleição dos constituintes da dos Governadores e a convocação da Constituinte exclusiva. A proposta de eleição de delegados constituintes, com mandato limitado aos trabalhos da Constituinte, não foi bem recebida.

O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, reuniu a bancada e submeteu à apreciação dos Deputados os temas considerados polêmicos. Os parlamentares decidiram votar a emenda do Governo como foi apresentada e rejeitar as subemendas que alterem substancialmente seu conteúdo.

As teses defendidas por Lourenço foram acatadas pela bancada: voto contrário à instituição do delegado constituinte, à convocação da Constituinte autônoma e à realização de duas eleições, em datas diferentes, para Governadores e para a Constituinte.

A Comissão Executiva do PDS se reúne hoje para avaliar o resultado do encontro de ontem à noite do Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, com os líderes partidários. O partido já tem, officiosamente, uma posição sobre a Constituinte. Para o PDS, o ideal é que a emenda do Governo seja aprovada sem modificações.

Substitutivo dia 15 na Comissão

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, levou ontem aos demais líderes partidários, em reunião à noite na residência do Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, a proposta de submeter o substitutivo à emenda do Governo de convocação da Constituinte à Comissão Mista no dia 15 e ao plenário do Congresso nos dias 21, 22 e 23.

Os Líderes dos demais partidos na Câmara foram dispostos a sustentar as posições que têm defendido. O Líder do PDT, Nadyr Rossetti, insistiu na realização simultânea de eleições para Presidente da República, Governadores e Congresso Constituinte e não abriu mão da anistia proposta na emenda Uequed.

O Líder do PT, Djalma Bom, insistiu na tese da Constituinte autônoma. O Deputado José Genoíno (PT-SP) informou que o partido já inclui entre os slogans da campanha eleitoral deste ano, em São Paulo, a anistia para os militares e servidores civis.

O Líder do PTB, Gastone Righi, defendeu sua própria emenda de convocação da Constituinte, que, em sua opinião, deve ser votada simultaneamente à proposta do Presidente.

Um dos temas mais discutidos foi o prazo de desincompatibilização dos ocupantes de cargos executivos.

ANC 88
Pasta 10/85-1
080/1985